



Ministro da Agricultura, Antônio Andrade; senador Benedito de Lira; ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas; e presidente da Conab, Rubens Santos

Em audiência, ministros ouvem críticas à burocracia

Para senadores, excesso de exigência de órgãos licenciadores dificulta melhorias na infraestrutura. **6**

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.958 — Brasília, sexta-feira, 27 de setembro de 2013



Renan anuncia corte imediato de salários acima do teto

Presidente da Casa recebeu ontem o presidente do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes, que entregou decisão tomada pelo órgão anteontem

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que vai cumprir imediatamente determinação do TCU de reduzir o salário

de 464 servidores que ganham acima do teto (R\$ 28.059,29), descontar os valores recebidos a mais desde 2008 e aumentar a jornada de trabalho dos comissionados. **2**

Augusto Nardes, do TCU, visita Renan, para quem a decisão "se harmoniza com o que temos feito no Senado, cortando despesas e eliminando privilégios"



Jane de Araújo/Agência Senado

Plenário avaliará Patriota para cargo na ONU **8**

Especialistas defendem cancelamento de leilão

Em audiência pública, engenheiros argumentaram que regras do leilão do Campo de Libra, na camada pré-sal, mostram preocupação do governo com arrecadação imediata para garantir superávit e apontaram "erro estratégico monumental". **4**



Siderson Faria/Petrobras

Especialista defendeu declarar o Campo de Libra uma área estratégica pelo governo e contratar a Petrobras diretamente

PEC do Voto Aberto no Legislativo intensifica debate entre senadores **3**

PEC do Orçamento Impositivo pode incluir 15% do PIB para saúde **5**

Comissão denuncia deputado federal por agressão a Randolfe **7**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Início do tratamento de câncer em até 60 dias | Lei 12.732/2012



Quem tem uma vida pela frente não pode perder tempo

O Congresso aprovou a lei que dá direito a pessoas diagnosticadas com câncer iniciarem o tratamento em até 60 dias.

É o Parlamento trabalhando por uma saúde pública de qualidade.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/agoraelei



Corte de salários acima do teto será feito já, diz Renan

Tribunal de Contas da União determina também que servidores do Senado terão que devolver o que foi recebido a mais nos últimos cinco anos. Teto do funcionalismo hoje está fixado em R\$ 28.059,29

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, disse ontem que vai cumprir imediatamente a determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) de reduzir os vencimentos dos 464 servidores que ganham acima do teto do funcionalismo público, fixado atualmente em R\$ 28.059,29. Valores referentes a adicionais, indenizações, horas-extras e funções de chefia que ultrapassem o teto serão automaticamente cortados.

— Essa decisão se harmoniza com o que temos feito no Senado, cortando despesas, enxugando gastos e eliminando privilégios — disse Renan. A quantia recebida a mais nos últimos cinco anos terá que ser devolvida. Quem tiver ressarcimentos a fazer será comunicado e poderá parcelar. As prestações serão de, no mínimo, 10% da remuneração bruta, conforme a Lei 8.112/1990.

Será cumprida também a determinação do TCU para que a jornada dos comissionados seja de 40 horas semanais. Os servidores efetivos que não



Presidente do Senado diz que determinação se alinha ao que tem sido feito na Casa

têm função comissionada continuam com jornada diária de sete horas corridas.

O senador recebeu ontem o presidente do TCU, ministro Augusto Nardes, que entregou uma minuta com o acórdão sobre o assunto. Para Nardes, foi uma decisão importante não só pela economia, mas também por ajudar o país no combate às desigualdades.

— O Brasil tem que caminhar para uma melhor distribuição de renda. No setor privado, isso não é questionável. Pela produtividade, pode-se pagar

a mais. Mas o Estado não dar esse exemplo de buscar um equilíbrio é inaceitável — disse Nardes.

No dia 14 de agosto, o TCU já havia proferido decisão semelhante em relação à Câmara, mas determinou que os servidores não teriam que devolver o recebido a mais. A mudança em relação ao Senado, disse Nardes, se deve à alteração da composição da corte.

Segundo o presidente do TCU, a estimativa de economia na Câmara e no Senado é de R\$ 3,3 bilhões em cinco anos.

Juristas querem equilíbrio na Lei de Execução Penal

A necessidade de ouvir a sociedade dominou o debate na comissão de juristas criada para atualizar a Lei de Execução Penal. Eles relataram o resultado de audiências nos estados e ouviram da relatora, Maria Tereza Gomes, um resumo das propostas coletadas.

Para o professor Sérgio Habib, a comissão deve olhar a segurança da população sem ficar refém do anseio por um “regime duro”.

O presidente da comissão, Sidnei Beneti, disse que o colegiado tem conseguido olhar “com realismo o idealismo”.



Presidente da comissão, Beneti diz que é realista o trabalho do colegiado

O advogado Maurício Kuehne criticou a falta de vontade política para cumprir a lei atual.

Denis Praça, defensor público, considerou relevante a contribuição de pessoas sem formação jurídica.

O promotor Marcelo Ugietto disse esperar que o “sentimento fora da academia” provoque reflexões.

O advogado Roberto Charles Dias cobrou a redução do sentimento de impunidade.

Arbitragem e mediação podem ter dois anteprojetos

Em vez de um, a comissão de juristas presidida pelo ministro Luis Felipe Salomão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), pode entregar ao Senado dois anteprojetos: um destinado à arbitragem, que já possui um marco legal, e outro à mediação, que não o possui. A decisão será confirmada nos próximos dias, quando o grupo apresentar o relatório final, após cinco meses de trabalho.

— Já estamos com o texto bastante avançado. Acredito que finalizaremos as discussões entre hoje e amanhã



Salomão prevê que o relatório final será entregue na semana que vem

— disse ontem Salomão, lembrando que a previsão é de que o relatório seja entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros, na semana que vem.

Luis Felipe Salomão tem reiterado, desde o início dos trabalhos da comissão, que a arbitragem e a mediação são alternativas necessárias para reduzir litígios, desafogar o Judiciário e dar mais agilidade aos processos.

Requião repudia jornal O Globo por “molecagem”

Roberto Requião (PMDB-PR) repudiou, em discurso ontem, o jornal O Globo pela publicação, domingo, da matéria “Embargos infringentes podem beneficiar 84 parlamentares no STF”. Segundo o senador, o texto coloca todos “no mesmo saco”.



Para O Globo, buscar a verdade nos fatos, fundamento do jornalismo, é um detalhe supérfluo — pontuou, salientando não ter sido procurado pelo jornal.

A matéria inclui na lista Requião, processado por calúnia pelo ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. Ele disse que o jornal coloca no mesmo patamar parlamentares processados por crimes diversos, “delito eleitoral, peculato, fraudes, injúria”, induzindo o leitor a considerar todos corruptos.

— Eu não sou, Marinho. Não estou devendo milhões de reais para a Receita Federal. O Globo não se preocupa em separar alhos de bugalhos.

— Repudio esta molecagem de O Globo e dos Marinho, essa reportagem maliciosa, aleivosa, malandra. Não podemos continuar alvos de safadezas como essas, desse jornal dirigido por malandros.

Direito de resposta

Requião concluiu pedindo aos deputados apoio ao projeto (PLS 141/2011), de autoria dele, que estabelece regras para o direito de resposta na imprensa. Aprovada pelo Senado na semana passada, a iniciativa foi enviada à Câmara ontem.

Ana Amélia elogia restrições à saída temporária de presos

Ana Amélia (PP-RS) comemorou, na quarta-feira, a aprovação, em decisão terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça, de projeto de lei (PLS 7/2012) de autoria dela que restringe o benefício da saída temporária de presos.



a uma vez por ano. A senadora afirmou que a medida visa aumentar a segurança e diminuir a violência, já que o preso reincidente não está preparado para gozar do benefício, pois, quando

O texto, que seguirá agora para a Câmara, modifica a Lei de Execução Penal para estabelecer a primariedade como requisito para a concessão da saída temporária. Além disso, limita a concessão

posto em liberdade, volta a cometer crimes.

— Nas festas de fim de ano de 2012, por exemplo, 2.416 presos que receberam o benefício do saído não voltaram para a cadeia, ficaram nas ruas reincidindo, cometendo novos crimes — disse.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão de discursos

9h A sessão de hoje é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

LEI DE ARBITRAGEM Reunião administrativa

9h Reunião administrativa da comissão de juristas que elabora o anteprojeto da Lei de Arbitragem e Mediação. Na reunião, serão analisados requerimentos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

PERITOS DO INCRA PEDEM APOIO DE RENAN

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários. Eles pediram ajuda de Renan para estabelecer um diálogo com o Executivo no sentido de equiparar a carreira dos engenheiros agrônomos do Incra com a dos profissionais do Ministério da Agricultura. Renan prontificou-se a mediar o pedido junto ao Ministério do Planejamento.

HELDER REBOUÇAS É O DIRETOR-GERAL DO SENADO

A Presidência do Senado anunciou ontem o nome do novo diretor-geral do Senado. O escolhido, Antonio Helder Medeiros Rebouças, é economista, advogado e servidor de carreira do Senado Federal há 15 anos. Na nota divulgada, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reitera o agradecimento ao trabalho, dedicação e lealdade da ex-diretora Doris Peixoto.

PEC do Voto Aberto no Congresso gera debate entre senadores

Com a pauta travada por três medidas provisórias, ordem do dia de ontem foi dedicada à discussão da proposta, que não tem consenso

A PROPOSTA DE emenda à Constituição que determina voto aberto em todas as decisões do Poder Legislativo (PEC 43/2013) teve ontem a terceira sessão de discussão. Serão necessárias mais duas sessões para que o tema possa ser votado em primeiro turno no Plenário. Como a pauta está travada por três medidas provisórias, a ordem do dia foi dedicada à discussão da PEC.

Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu o fim do voto secreto em todas as decisões, enquanto Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) prefere manter o sigilo para análises de vetos presidenciais e escolha de integrantes de tribunais superiores.

— É um mecanismo importante do sistema de pesos e contrapesos, equilíbrio essencial para a preservação das liberdades públicas. E eu não estou me referindo apenas à independência do parlamentar diante do Executivo. Eu quero me referir também à independência da consciência do parlamentar em determinadas deliberações, mesmo diante da disciplina partidária — disse Aloysio.



Aloysio defende sigilo em algumas decisões e Pinheiro quer o fim do voto aberto

O senador defendeu a manutenção do voto secreto para a indicação do procurador-geral da República, de embaixadores, ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) e diretores de agências reguladoras.

— O Congresso brasileiro está caminhando para um suicídio institucional — afirmou.

Em resposta a Aloysio, Pinheiro disse que o voto aberto resgata compromisso com o eleitor, o comportamento ético do parlamentar e a transparência em todas as votações. Ele citou votações nominais históricas, como a eleição de Tancredo Neves para a Presi-

dência da República em 1985, quando os parlamentares não sofreram constrangimentos ao expressarem opiniões.

Pinheiro rebateu argumento de que o voto secreto, no caso da apreciação de vetos, protege o parlamentar isolado contra o “todo poderoso Executivo”. O petista enfatizou que é importante ao legislador se posicionar publicamente, o que não implica “desrespeitar partido ou enfrentar presidente”.

— O cenário da pressão é mais vigoroso no voto secreto do que no voto aberto. O voto secreto é o momento da traição — afirmou Pinheiro.

O senador afirmou que o voto secreto permitiu retaliação ao ex-procurador-geral da República, Roberto Gurgel, com a rejeição de dois procuradores, Vladimir Aras e Wellington Saraiva, indicados para os Conselhos Nacionais do Ministério Público e da Justiça. Gurgel foi responsável pela acusação que resultou na condenação de 25 dos 37 acusados no caso do mensalão.

— O mais correto era alguém subir à tribuna ou, na sabatina, dizer aos procuradores: ‘Não concordo com a sua condução’. Por que não enfrentar? Isso é covardia. Depois se escondem atrás do voto secreto para tentar fazer vinganças — disse.

Aloysio respondeu que é preciso fortalecer a democracia para torná-la imune a fenômenos iguais aos que ocorrem na Venezuela, Bolívia e Equador e assegurar “salvaguardas” para a independência entre os Poderes.

Pedro Simon (PMDB-RS) e Ana Rita (PT-ES) apontaram a necessidade de voto aberto em defesa de transparência, coragem e ética e como forma de estimular Casas legislativas de todo o país a fazerem o mesmo.



Para senador, grupo votaria novas regras e não poderia se candidatar

Pedro Simon propõe constituinte exclusiva para reforma política

Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem a realização de assembleia constituinte exclusiva para a reforma política. Para ele, a assembleia deveria ser formada por pessoas eleitas com uma finalidade única. Depois, o grupo não poderia se candidatar por 10 ou 15 anos.

— Por que isso? Porque o cidadão, seja advogado, engenheiro, médico, não tem nenhum interesse, não visa nada para ele ou sua família. Vota a Constituição e volta para casa — disse o senador, observando que “não há ninguém pior” para fazer uma Constituição do que quem tem interesses.

Simon afirmou acreditar na mobilização popular, que, segundo ele, virou o voto dos congressistas na votação da Lei da Ficha Limpa. Para ele, é preciso discutir, entre outros temas, o voto secreto, o número de ministérios e o significado dos partidos.



Senador apoia voto aberto nos Legislativos de todo o país



Democracia dispensa o sigilo no Parlamento, afirma Ana Rita



Souza avalia que não haverá perseguição a parlamentares



Lopes acredita na manutenção do convívio entre os Poderes



Raupp acha contraproducente número excessivo de partidos

Paim: compromisso é votar a PEC na semana que vem

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que apoia o fim do voto secreto nos Poderes Legislativos em todo o país. Ele apresentou duas propostas com conteúdo semelhante: a PEC 50/2006, que foi arquivada, e a 20/2013, que tramita nas duas Casas.

O senador lamentou que a pauta do Senado esteja travada, pois gostaria de adiantar uma etapa. Ele lembrou que o compromisso é votar a proposta na semana que vem e disse que defende causas em vez de debater de quem é a autoria.

— Não importa que a minha proposta seja mais antiga. Vou me sentir plenamente contemplado se votarmos a PEC da Câmara.

Ana Rita: sigilo só se justifica para o voto do cidadão

Ana Rita (PT-ES) defendeu anteontem o voto aberto no Parlamento. A senadora registrou ser essa a regra, e o voto secreto uma exceção. Para ela, em um determinado momento histórico o sigilo foi importante, mas com o amadurecimento da democracia, é desnecessário.

— Garantir ao cidadão o sigilo do voto é essencial à democracia, mas para os representantes do povo, não se justifica.

Segundo Ana Rita, o voto aberto também pode colaborar com a fiscalização do poder público pela sociedade e a aprovação será um grande passo em direção ao amadurecimento da atividade política.

Souza: eleitor poderá fiscalizar os representantes

Sérgio Souza (PMDB-PR) disse que o voto aberto em todas as votações do Legislativo permitirá ao cidadão acompanhar o desempenho dos representantes no Congresso, nas câmaras de vereadores e nas assembleias legislativas.

De acordo com o senador, o argumento de que os parlamentares poderiam sofrer represálias da autoridade indicada ou do Executivo, no caso dos vetos, não é válido porque o cidadão não permitirá que o representante seja perseguido.

Para Souza, quanto mais exposição tiver o parlamentar das ações praticadas, mais crítico será o eleitor no momento da escolha.

Lopes defende voto aberto com restrições

Eduardo Lopes (PRB-RJ) defendeu na quarta-feira a manutenção do voto secreto nas votações de autoridades indicadas pelo presidente da República. Embora seja a favor do voto aberto na perda de mandato dos parlamentares, o senador diz acreditar que, para as votações de autoridades, o voto secreto favorece o convívio entre poderes.

— Não é por medo do que quer que seja, mas simplesmente para manter o convívio, o relacionamento entre Poderes — assinalou o parlamentar.

Três propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam do voto aberto estão na pauta do Plenário.

Valdir Raupp condena excesso de partidos no país

Valdir Raupp (PMDB-RO) reclamou do excesso de partidos políticos no Brasil. Para o senador, o número exagerado de legendas — atualmente são 32 agremiações no país — é contraproducente e caro aos cofres públicos.

Em discurso no Plenário ontem, o parlamentar defendeu a “regulamentação mais racional da questão”.

— Com todo respeito, mas a Câmara dos Deputados ultimamente virou uma Torre de Babel. Ninguém se entende mais. Onde vamos parar? — questionou.

Na opinião de Raupp, um partido vai além da defesa de causas particulares.

Humberto critica indústria de criação de legendas

Humberto Costa (PT-PE) voltou a defender ontem uma ampla reforma política, com revisão de regras eleitorais e de normas de organização partidária. Em discurso no Plenário, o senador criticou o que chamou de “indústria de criação de partidos” e citou matérias da imprensa sobre um suposto “troca-troca” de legendas entre “deputados de aluguel”, por conta de partidos criados nos últimos dias.

— É algo absolutamente inaceitável, que envergonha o Congresso e o país. Precisamos acabar com esse balcão de negócios que virou a vida política — disse.

O senador defendeu um amplo debate no Parlamento e um plebiscito sobre reforma política e eleitoral. Humberto pediu o fim do financiamento de campanhas eleitorais por empresas e lembrou que recentes manifestações populares pediram mais moralidade na política.

Para os convidados de audiência pública no Senado, condições do leilão mostram preocupação do governo em garantir superávit primário e falta de visão estratégica

Especialistas criticam leilão do Campo de Libra

EM AUDIÊNCIA PÚBLICA conjunta, as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Infraestrutura (CI) ouviram dois especialistas em exploração de petróleo, que trouxeram argumentos favoráveis ao cancelamento da licitação para o Campo de Libra, na Bacia de Santos, e a entrega dele à Petrobras. A audiência, solicitada pelos senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), destinou-se a discutir os avanços do novo marco do petróleo da camada pré-sal.

Fernando Siqueira, vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras, afirmou que os países desenvolvidos, altamente dependentes do petróleo como fonte de energia, pressionaram pela rápida exploração do Campo de Libra, a maior reserva descoberta nos últimos 20 anos em todo o mundo. Estima-se que o petróleo do pré-sal tem reservas de pelo menos 100 bilhões de barris, podendo chegar a 300 bilhões.

Siqueira observou que as grandes empresas americanas que não se inscreveram no leilão estão, na verdade, participando indiretamente, representadas por suas ramificações europeias. Para o especialista, as empresas americanas optaram por não participar numa tentativa de minimizar as consequências da denúncia de espionagem sobre a Petrobras, que poderia inviabilizar a realização do leilão do Campo de Libra.

Lúcia Vânia recomenda livro sobre o gasto público no Brasil



Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou, em pronunciamento ontem, o livro *O Gasto Público no Brasil*, obra coordenada por Júlio Francisco Gregory Brunet e escrita por ele em parceria com Ana Maria de Aveline Berté e Clayton Brito Borges.

Da análise dos dados apresentados, a senadora afirmou ser fácil concluir que o aumento de gastos não é, necessariamente, correspondido pelo aumento da oferta de serviços ou pela melhoria dos indicadores sociais em diversos estados.

— O governo arrecada muito em carga tributária, mas devolve pouco à sociedade — avalia. Para a parlamentar, a leitura do livro é essencial para todos aqueles que se interessam pela administração pública.



Roberto Requião preside audiência que recebeu os engenheiros Fernando Siqueira (E) e Paulo Cesar Smith Metri (D)

Fernando Siqueira questionou ainda o valor altíssimo do bônus de assinatura previsto no leilão, no valor de R\$ 15 bilhões, que deve ser pago à vista pelo ganhador da licitação. Para ele, o governo optou por ter um dinheiro no curto prazo, para garantir o superávit primário, mas para isso sacrificou recursos que seriam usufruídos por três gerações de brasileiros. Ele acrescentou que a exigência do bônus retirou empresas brasileiras do certame e dificultou muito a participação da própria Petrobras.

— Foi um erro estratégico monumental — afirmou.

Baixa remuneração

Outro convidado foi Paulo Cesar Smith Metri, mestre em Engenharia Industrial pela Georgia Institute of Technology. A única vantagem que citou para a realização do leilão é a maior arrecadação em curtíssimo prazo, com o recebimento do bônus. Ele criticou o baixo

percentual de remuneração para a União previsto na licitação, de no mínimo 41,65% do chamado óleo excedente (o equivalente ao lucro líquido), quando o próprio mercado, segundo ele, esperava entre 65% e 75%.

Para ele, houve “uma clara troca de recursos de médio e longo prazos por recursos de curtíssimo prazo”, resultando em um financiamento indireto cuja taxa de juros, calculou, é de altíssimos 22% ao ano.

— Claramente o governo resolveu tomar um empréstimo. Para receber no curto prazo, deu recursos em médio e longo prazos — afirmou.

Metri disse que o Campo de Libra poderia ser declarado uma área estratégica pelo governo, como prevê a Lei 12.351/2010 (que tratou dos contratos de partilha). Se isso ocorresse, a União poderia contratar a Petrobras diretamente. Nesse caso, a empresa poderia destinar ao Fundo Social do

pré-sal até 80% do óleo excedente, contra os 45% que ele estima que sejam oferecidos na licitação.

A senadora Vanessa Grazziotin questionou se há a possibilidade de a participação governamental na partilha ficar abaixo de 75% do óleo excedente e indagou qual a média internacional desse tipo de contrato. Metri reafirmou que, na ocorrência do leilão, pode chegar ao mínimo previsto de 41,65%, mas que a expectativa dele, diante da baixa concorrência já constatada, deve ficar em torno de 45%.

Ele citou dados compilados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) em 2001 segundo os quais a média pedida pelos países exportadores em óleo equivalente, nos contratos de partilha, é de 65%. Já nos países importadores que possuem reservas de petróleo, a média é de 45%. Venezuela, Colômbia e Noruega, por sua vez, exigem um retorno próximo a 90%.

Ana Amélia cita *The Economist* e diz que economia preocupa

Em discurso ontem, Ana Amélia (PP-RS) disse que a imagem do Brasil diante do mundo “vai mudar para pior” nos próximos dias. A senadora fez referência à próxima edição da revista britânica *The Economist*, em que a capa mostra um Cristo Redentor estilizado, imitando um foguete em queda, com uma pergunta: “O Brasil estragou tudo?”. A revista fez em 2009 capa com imagem parecida, com a estátua do Cristo decolando. O destaque, na época, era para o crescimento econômico do país.

A senadora disse que a análise de economistas estrangeiros sobre o Brasil atual merece a atenção dos senadores e do governo. A matéria lembra que o Brasil passou bem pelo auge da crise da economia mundial, entre 2008 e 2009, e cresceu mais de 7% em 2010. Porém, desde 2011, o país tem apenas 2% de crescimento médio.

Benedito de Lira cobra federalização da AL-101 no norte de Alagoas

Benedito de Lira (PP-AL) cobrou em Plenário, ontem, o cumprimento, pelo governo federal, de compromisso firmado em 2010 pelo ex-presidente Lula com os governadores de Alagoas e Pernambuco para federalização da AL-101 Norte no trecho entre Maceió e a divisa com Pernambuco.

A AL-101, explicou Benedito, dá acesso ao litoral norte de Alagoas, região de elevado potencial turístico. O acesso à região pela AL-101, disse o senador, é precário, devido à falta de acostamento, iluminação, sinalização e duplicação.

— A grande movimentação e a falta de segurança têm causado acidentes graves — afirmou.

Para o senador, a federalização da rodovia e posterior duplicação representarão oportunidade ímpar de desenvolvimento para as populações pobres do norte de Alagoas.

Para Vanessa, PEC da Música não será eficaz contra a pirataria



A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou em pronunciamento ontem que a PEC da

Música, aprovada em segundo turno no Senado esta semana, não será eficaz no combate à pirataria. Para ela, o “real conteúdo” da proposta só será conhecido dentro de um ano, quando o mercado musical mostrará que a medida contribui muito pouco.

— O segmento paga pouco imposto porque já é incentivado, mas se retirarmos todos os tributos que restam, o produto não baixará mais do que 10% — disse.

Vanessa Grazziotin voltou a argumentar que a medida aprovada enfraquecerá a economia na Zona Franca de Manaus.

Engenheiro alerta sobre soberania nas 200 milhas

Metri lembrou ainda que os Estados Unidos não são signatários da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que prevê uma zona econômica exclusiva das águas situadas a até 200 milhas da costa. A área aceita pelos Estados Unidos é de 12 milhas, o que colocaria as reservas do pré-sal em águas internacionais. Para ele, a forma de garantir a soberania dos campos de petróleo do pré-sal é uma discussão que não pode ser esquecida.

O senador Roberto Requião, que presidiu a audiência, disse ter considerado “persecutória, mas interessante” a tese manifestada pelo representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Abílio Tozini, de que as empresas americanas não participaram do leilão porque não aceitam a soberania brasileira sobre as 200 milhas. O sindicalista, que falou na audiência quando a palavra foi facultada aos demais participantes, lamentou que o governo tenha incentivado o consumo de derivados, ao subsidiar a indústria automobilística, mas não tenha investido em atividades de refino na mesma proporção.

Ministro do Trabalho desafiou Dilma a tirá-lo do cargo, afirma Couto



Em pronunciamento na quarta-feira, o senador Mário Couto (PSDB-PA) criticou fortemente o governo da presidente Dilma Rousseff. Ele afirmou que o ministro do Trabalho, Manoel Dias, desafiou a presidente a tirá-lo do cargo, ameaçando fazer denúncias.

— Ri, ministro, ri da cara da Dilma, diz que ela não tem moral para te tirar do cargo, que tu sabes de muita coisa do governo — ironizou o senador.

Couto perguntou às donas de casa que acompanhavam seu discurso pela TV Senado se Dilma tem razão ao dizer que a inflação está sob controle. Afirmou que, logo após o pronunciamento da presidente em cadeia de TV, negando o aumento da inflação, a afirmação foi contrariada pelo noticiário.

Relator da PEC do Orçamento Impositivo na Comissão de Constituição e Justiça, Eduardo Braga quer a vinculação de 15% da receita corrente líquida da União até 2018

Vinculação de receitas para saúde pode entrar em PEC

A APROVAÇÃO DA Proposta de Emenda à Constituição do Orçamento Impositivo (PEC 22A/2000) poderá contemplar duas lutas históricas do Congresso: a obrigatoriedade de liberação das emendas parlamentares ao Orçamento da União e a definição de uma fonte estável de financiamento para a saúde pública. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverá abrir a reunião, na quarta-feira, com a votação de relatório de Eduardo Braga (PMDB-AM) sobre o substitutivo oferecido pela Câmara à proposta original, do ex-senador Antonio Carlos Magalhães.

— A proposta vai definir a regra do orçamento impositivo e do financiamento da saúde pública, esta uma prioridade da nação brasileira — assinalou Braga em entrevista à TV Senado, na qual disse que só deverá divulgar o parecer na hora da votação.

Até o momento, seis emendas foram apresentadas à PEC 22A/2000. Ao tentar antecipar



Moreno Mariz/Agência Senado

Para Braga, a União vai ser a maior financiadora da saúde pública no país

o exame da matéria na CCJ na quarta-feira, o relator adiantou ter negociado com vários senadores uma forma de incluir, ao lado do orçamento impositivo, a vinculação de 15% da receita corrente líquida (RCL) da União até 2018 para financiar ações e serviços públicos de saúde.

— Significa dizer que a União será a maior financiadora da saúde pública no país. Nós teremos um ganho

da ordem de R\$ 50 bilhões (verbas da União para o setor) nos próximos cinco anos — estimou Braga.

Segundo acrescentou o relator, o reforço orçamentário poderá ser auxiliado pela destinação de 50% das emendas parlamentares individuais e de 25% dos royalties arrecadados com a exploração de petróleo e gás natural para a saúde pública. Mas não serão suficientes, admitiu em seguida, para cobrir o valor correspondente aos 15% da RCL da União.

— Eles (emendas e royalties) equivalem a 40%, 50% do montante necessário ano a ano. Portanto, todo ano o governo federal terá que colocar dinheiro novo para alcançar os 15% da RCL — observou Braga.

A complexidade do assunto levou Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Francisco Dornelles (PP-RJ) a rejeitarem a votação antecipada. Se a CCJ aprovar a PEC 22A/2000 na próxima semana, a proposta seguirá para dois turnos de votação no Plenário.

Emenda de Humberto Costa detalha fonte de financiamento

Das sete emendas já apresentadas à PEC do Orçamento Impositivo (PEC 22A/2000), a que aborda o financiamento permanente da saúde pública de modo mais abrangente e detalhado foi formulada por Humberto Costa (PT-PE).

De acordo com a emenda, no mínimo 15% da receita corrente líquida (RCL) da União deverão ser aplicados em saúde. O percentual seria integralizado de forma gradual, partindo de 13,2% da RCL no primeiro exercício financeiro após a promulgação da emenda constitucional, até chegar

aos projetados 15% quatro anos depois.

Humberto deixa claro que estados e municípios continuarão aplicando 12% e 15%, respectivamente, da arrecadação no financiamento da saúde, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional 29/2000.

O parlamentar lembra que a Lei Complementar 141/2012 estipulou uma regra genérica para a União, baseada na aplicação do valor empenhado no exercício financeiro anterior acrescido da variação nominal do PIB no ano anterior.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Jucá propõe despesa prioritária no Orçamento da União

Diferentemente das demais emendas à PEC do Orçamento Impositivo (PEC 22A/2000), a de Romero Jucá (PMDB-RR) não se restringe ao reforço orçamentário para o financiamento da saúde pública. Pela amplitude, se assemelha mais a um substitutivo à proposta.

O senador propõe o acréscimo de nove parágrafos ao artigo 166 da Constituição federal, que disciplina a análise dos projetos de lei do Plano Plurianual (PPA), de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Orçamento Anual (LOA) pela Câmara e pelo

Senado. O foco da emenda é a proposta orçamentária, que, ao ser examinada pelo Congresso Nacional, teria despesas relacionadas como de execução prioritária.

Depois de estabelecer essa condição, a emenda trata de proibir o cancelamento, a limitação ou o contingenciamento dos recursos necessários à execução da despesa declarada prioritária. Isso só seria possível em caso de guerra ou comoção interna ou de abertura de crédito adicional via projeto de lei. Jucá limita o montante da despesa de execução prioritária a 1% da RCL.



Genaldo Magalhães/Agência Senado



A vinculação de receitas para a saúde poderá ser reforçada pela destinação de emendas parlamentares e royalties do petróleo

Jarbas Vasconcelos critica Lula por declarações sobre o fim da CPMF



Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) criticou, em discurso na quarta-feira, entrevista do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, publicada naquele dia em veículos de comunicação e, sobretudo, em blogs. Segundo o senador, ao falar sobre a questão da saúde e do Programa

Mais Médicos, Lula teria lembrado a rejeição da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), classificando o fato como uma tentativa de prejudicá-lo, mas que teria causado danos, na verdade, ao povo brasileiro, com a supressão de R\$ 40 bilhões para a saúde.

Para Jarbas Vasconcelos, trata-se de “uma mentira deslavada”. O senador lembrou que a CPMF foi criada no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1997, como um imposto para financiar exclusivamente a saúde. Depois, lamentou, “começaram as distorções e virou uma festa o dinheiro desse imposto”. A contribuição teve que ser prorrogada várias vezes, ressaltou o parlamentar, sempre com a oposição do PT. Em 2007, no governo de Lula, disse Jarbas, a prorrogação da CPMF foi rejeitada pelo Congresso graças à organização da oposição.

Para Mozarildo, Mais Médicos deve ir além da questão emergencial



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), relator-revisor da medida provisória que cria o Programa Mais Médicos (MP 621/13), disse ter fé na votação do texto na terça-feira, “com amplo entendimento”.

Para o senador, o problema não se resume à carência de profissionais, mas inclui falta de infraestrutura e recursos técnicos. Por isso, disse, a MP, não pode tratar apenas de questões emergenciais, mas também de permanentes.

Ele informou já ter apresentado sugestões que foram acatadas pelo relator. Entre elas, maior exigência para autorização, reconhecimento e renovação de cursos superiores de Medicina.

— Duplicar as vagas em universidades, por exemplo, implica mais professores, recursos, laboratórios. Vamos ter mais médicos menos capazes? — indagou.

Mozarildo defendeu a melhor formação dos que estudam e trabalham no Brasil.

— Vamos aceitar a situação de emergência, mas vamos trabalhar na formação dos brasileiros. Não tenho xenofobia. Pelo contrário, a interiorização da medicina em Roraima se deu por convênio do governo do estado e o de Cuba — lembrou.

Benedito de Lira comemora redução na mortalidade infantil em 75%



Benedito de Lira (PP-AL) comemorou a redução de 75% na taxa de mortalidade infantil do Brasil entre 1990 e 2012, segundo estudo da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Banco Mundial.

Com base no relatório, o senador informou que, em 1990, o país registrou 52 mortes de crianças a cada mil nascidos vivos. Em 2012, a taxa foi de 13 mortes. Ele lembrou que um dos objetivos do milênio estabelecidos pela ONU em 2000 previa a redução da mortalidade de crianças de menos de 5 anos para 21 mortes a cada mil nascidos vivos até 2015. Dessa forma, salientou, o país superou em 33% a meta estabelecida mais de um ano antes do prazo — o melhor desempenho na América Latina.

Para Benedito, a redução é excelente para o Brasil e, especialmente, para Alagoas, que registrou a maior queda: 83% em crianças de até 1 ano. Segundo ele, os índices “não são obra do acaso”, mas fruto de políticas públicas e cooperação entre governos.

— Temos muito a comemorar, mas não vamos esmorecer enquanto houver gestantes e bebês em situação de risco — concluiu.

Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário ouviram dos senadores queixas sobre as dificuldades de melhorar a infraestrutura causadas pelo excesso de exigências dos órgãos licenciadores



Ao lado do ministro Antônio Andrade, o senador Benedito de Lira (C) ouve o ministro Pepe Vargas em audiência na CRA

Audiência com ministros traz críticas à burocracia

EM DEBATE ONTEM com os ministros da Agricultura, Antônio Andrade, e do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, diversos senadores apontaram a burocracia como obstáculo ao avanço do Brasil rural. Entre as críticas, a mais frequente é a demora na melhoria da infraestrutura, em especial nas rotas de escoamento da safra.

De acordo com os parlamentares, obras nas rodovias, portos e investimentos na malha ferroviária esbarram no excesso de exigências, em especial dos órgãos licenciadores, resultando em prejuízos para o setor. — O Brasil perdeu só no ano de 2012, por ineficiência nos modais e pelo déficit de armazenagem, R\$ 180 bilhões — afirmou Sérgio Souza (PMDB-PR).

No mesmo sentido, Waldemir Moka (PMDB-MS)

apontou a necessidade de duplicação de rodovias e de ampliação das opções de transporte por hidrovias.

— A maioria dos nossos problemas é da porteira para fora, é na infraestrutura — frisou.

Armazenamento

Outro problema analisado no debate foi o déficit de armazéns para acomodar a produção. Nas palavras de Ana Amélia (PP-RS), a safra brasileira fica “armazenada no caminhão”, ou seja, sai direto da lavoura para o porto.

Com isso, disse, os produtores não conseguem administrar a comercialização da produção e ficam reféns do preço cobrado pelo frete em época de colheita da safra, que se torna especulativo.

O ministro da Agricultura lembrou que o governo federal

incluiu no Plano Agrícola e Pecuário 2013–2014 recursos para financiar a recuperação e a construção de armazéns nas propriedades rurais e cooperativas, além da ampliação da capacidade de estocagem pela Companhia Nacional de Abastecimento.

Os senadores manifestaram preocupação com a lentidão da regularização fundiária. Ana Amélia e Ruben Figueiró (PSDB-MS) apontaram dificuldades enfrentadas ainda na fase de identificação das coordenadas das áreas.

Em resposta, o ministro Pepe Vargas informou que já foi feito o georreferenciamento de 30 milhões de hectares na Amazônia, metade da área total a ser mapeada.

No entanto, ele disse que apenas 370 mil hectares foram titulados até o momento.

Aumento da safra alimenta otimismo

Apesar dos problemas apontados pelos senadores, o ministro Antônio Andrade ressaltou os bons resultados do setor, que, no último ano, apresentou superávit de U\$ 84 bilhões. Ele destacou o crescimento da produção nacional de grãos.

— Se o clima ajudar, na próxima safra vamos ultrapassar 190 milhões de toneladas — disse.

O crescimento de produtividade e a eficiência da produção

agrícola brasileira foram destacados pelos senadores. Sérgio Souza lembrou que o Brasil passou de importador de alimentos, até a década de 80, para grande exportador de commodities agrícolas.

O presidente da CRA, Benedito de Lira (PP-AL), informou que o setor tem sido responsável pelo equilíbrio da balança comercial brasileira.

Presente ao debate, o

presidente da Conab, Rubens Rodrigues dos Santos, foi questionado sobre o envolvimento de dirigentes do órgão no Paraná em denúncias de fraude. Santos disse que a direção da Conab tem colaborado com a Polícia Federal, repassando documentos e informações solicitadas para a investigação. Ele informou que todas as pessoas citadas na investigação foram afastadas

MP que facilita construção de silos de grãos tranca a pauta

A Medida Provisória 619/2013 foi lida ontem, em Plenário, e passou a trancar a pauta de votações do Senado. Ela se soma ao Projeto de Lei de Conversão (PLV) 23/2013, proveniente da Medida Provisória (MP) 618/2013, que capitaliza a Valec e o BNDES e que também tranca a pauta do Plenário.

Aprovada na quarta-feira pela Câmara dos Deputados, a MP 619/2013 estabelece ações para ampliar e melhorar a capacidade de armazenagem de grãos no país. O texto permite à Companhia Nacional

de Abastecimento (Conab) usar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para contratar a construção de silos e armazéns públicos para a safra 2013–2014.

A matéria foi encaminhada ao Congresso Nacional em junho. O governo justifica a urgência da MP com o argumento de que é preciso evitar a perda de competitividade no campo, afetando as exportações brasileiras, além de estimular a agricultura familiar e atender os produtores rurais de baixa renda vítimas da seca.

Debate avaliará questão indígena em Mato Grosso e Rondônia

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) debaterá em 18 de outubro a situação dos povos indígenas de Mato Grosso e Rondônia, especialmente dos cintas-largas, que habitam o Parque do Aripuanã. Acir Gurgacz (PDT-RO), que sugeriu o encontro, indicou a necessidade de aprovação de projetos para proporcionar alternativas econômicas e sociais às comunidades.

Entre os convidados, estão o secretário-geral da Presidência da República, Gilberto

Carvalho, e o procurador Reginaldo Trindade, além de representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério da Justiça.

Gurgacz disse que participou na segunda-feira, em Porto Velho, de discussão sobre o assunto a convite do MPF e se comprometeu a trazer o debate a Brasília. O presidente da CRA, Benedito de Lira (PP-AL), registrou que a situação dos índios também será debatida em 24 de outubro com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Mantida a céu aberto, safra de cereais corre risco, diz Sobrinho

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) alertou na quarta-feira para o risco de que parte da safra 2012–2013 de soja e milho colhida em Mato Grosso seja perdi-



Waldemir Buaruto/Agência Senado

da com a chegada das chuvas. Segundo o senador, é precária a infraestrutura de estocagem e milhares de toneladas permanecem a céu aberto em várias localidades. A dificuldade para embarque nos portos foi apontada como outro gargalo.

— É muito difícil produzir em Mato Grosso. A nossa parte foi feita, mas não temos como escoar. O país produz mais do que pode guardar. A estocagem está

sendo feita sobre rodas, o que atravanca as estradas, sabota os cronogramas e obstrui a competitividade comercial — disse.

Enquanto isso, afirma, os Estados Unidos têm capacidade para estocar duas safras consecutivas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral interina: Rosa Vasconcelos

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Tônia Régis/ABR



Jair Bolsonaro discute com Randolfe Rodrigues no portão do batalhão onde aconteceu o incidente, segunda-feira

Comissão acusa Bolsonaro de quebra de decoro

Mesa do Senado recebe requerimento para pedir à Câmara representação contra o deputado devido a agressão física contra o senador Randolfe Rodrigues, durante visita à sede do antigo DOI-Codi, no Rio

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem requerimento de Ana Rita (PT-ES) para que a Mesa do Senado apresente à Mesa da Câmara representação contra o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) por quebra de decoro parlamentar, devido a agressão física ao senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

A agressão teria ocorrido segunda-feira, no Rio, durante visita das Subcomissões da Verdade do Senado e da Câmara dos Deputados e da Comissão Estadual da Verdade fluminense à sede do antigo DOI-Codi, que hoje sedia o 1º Batalhão de Polícia do Exército. Bolsonaro nega que tenha dado soco no estômago do senador e diz que foi um “cutucão”.

A CDH também aprovou requerimento ao coordenador da Procuradoria Parlamentar do Senado, Antonio Carlos

Rodrigues (PR-SP), pedindo providências.

— O fato não atinge apenas o senador, mas também a Comissão de Direitos Humanos e o Senado — disse Ana Rita, presidente da CDH.

Apesar do incidente, Randolfe, que é vice-presidente da subcomissão no Senado, classificou a visita como emblemática e histórica para os direitos humanos. Ele disse que é importante que o colegiado visite outros espaços utilizados como centros de tortura na ditadura militar.

— Esses espaços têm que ser transformados em centros de memória, assim como ocorreu na Alemanha após o fim do regime nazista — acrescentou.

Para o presidente da subcomissão, João Capiberibe (PSB-AP), além de definir um cronograma de visitas, é importante ouvir também os membros da Comissão Nacional da Verdade

e integrantes de comissões estaduais e municipais.

Foi aprovado ainda pela CDH requerimento de Ana Rita para audiência pública com juristas e representantes da Funai e do Ministério da Justiça para debate com o tema “Os 25 anos de promulgação da Constituição Cidadã: as conquistas para os povos indígenas e as tentativas de retrocesso”.

A pedido de Capiberibe, o colegiado fará outra audiência para discutir conflito entre fazendeiros, grileiros e retireiros (comunidade tradicional da região) em Luciara (MT). Os retireiros defendem a criação de uma reserva florestal, enquanto fazendeiros e grileiros temem ser expulsos do local.

Por falta de quórum, foram adiados os demais projetos da pauta da CDH — entre eles, três sugestões apresentadas pelos participantes do Projeto Jovem Senador.

Capiberibe apoia projeto de revisão da lei de anistia

João Capiberibe (PSB-AP) voltou a abordar na quarta-feira a visita que a Subcomissão da Memória e da Verdade do Senado fez ao 1º Batalhão de Polícia do Exército, no Rio, antigo DOI-Codi — instalação apontada como local de torturas no regime militar. Capiberibe defendeu o resgate histórico das violações de direitos humanos pela ditadura militar (1964–1985).

— Esses portões do submundo, das catacumbas da ditadura, precisam definitivamente ser abertos. Não é possível continuar ignorando a história do nosso país e convivendo com isso — declarou.

Ele classificou como “muito interessante” o projeto da deputada Luiza Erundina (PSB-SP) que prevê a revisão da Lei da Anistia.

— É necessário renovar, repactuar, porque a sociedade é outra, vivemos em outro tempo.

Sobre a visita, Capiberibe frisou que a comitiva foi recebida com extrema gentileza pelos militares.



Violações de direitos precisam ser revistas, defende senador

Ana Rita destaca novas regras para entidades beneficentes

O Certificado das Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas) tem novas regras de emissão com a Medida Provisória (MP) 620/2013, disse ontem Ana Rita (PT-ES). Ela explicou que essa certificação garante acesso a isenções fiscais e verbas públicas.

— Responsáveis por um serviço de altíssima relevância social, as entidades que têm acesso ao Cebas cumprem um papel que é de responsabilidade do Estado, mas que, por inúmeras razões, ficou omissa.

A senadora informou que, segundo a MP, o requerimento de renovação do certificado poderá ser apresentado durante os 360 dias que antecedem o fim do prazo de validade. As entidades beneficentes educacionais, disse Ana Rita, terão de destinar 20% das vagas para bolsistas integrais. Já as terapêuticas terão de oferecer 30% das vagas gratuitamente.

A MP permite a emissão do Cebas para as entidades de socioaprendizagem (como Guarda Mirim, CIEE e IEL). As novas regras preveem possibilidade de remuneração para dirigentes de entidades beneficentes de assistência social. O salário não poderá ultrapassar 70% do teto do funcionalismo público.

A MP trata também de recursos para o Minha Casa Melhor, ampliação do Vale Cultura e moralização e modernização de entidades esportivas.

Audiência vai discutir baixo impacto da Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha, em vigor desde 2006, não teve impacto na redução da taxa de mortalidade de mulheres, segundo estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Ana Rita (PT-ES), apresentou ontem a pesquisa *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil* e anunciou que vai marcar audiência da CDH com representante do Ipea, para debater a pesquisa.

A senadora ponderou que a lei sozinha não vai acabar com a violência contra a mulher, pois é preciso que os agressores sejam punidos.

— A Lei Maria da Penha define políticas públicas de prevenção, acolhimento e proteção às mulheres em situação de violência. Então esse é um debate que precisamos aprofundar — disse.

Segundo o estudo, entre 2009 e 2011, quase 17 mil mulheres morreram no Brasil em razão de conflito de gênero, o feminicídio. De 2001 a 2006, antes da lei, a taxa de mortalidade por 100 mil mulheres foi 5,28. De 2007 a 2011, já com a lei, foi 5,22.

O Espírito Santo, aponta o

estudo, tem a maior taxa de feminicídio (11,24 mortes em cada 100 mil mulheres) — quase o dobro da taxa nacional —, seguido por Bahia (9,09) e Alagoas (8,84). O Nordeste é a região com as maiores taxas (6,9).

Os principais assassinos são os parceiros íntimos. De 2001 a 2011, ocorreram mais de 50 mil feminicídios (5 mil mortes por ano) no Brasil. Um terço aconteceu nos domicílios, e 54% das mulheres tinham entre 20 e 39 anos, sendo que 61% eram negras.

Desaparecidos

Ana Rita informou que recebeu representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro, que pediram apoio da CDH para a campanha Desaparecidos da Democracia: pessoas reais, vítimas invisíveis. A campanha visa esclarecer o alto índice de mortes nos autos de resistência, os registros de mortes em confrontos com a polícia. Segundo o Instituto de Segurança Pública da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, informa a OAB, entre 2001 e 2011, mais de 10 mil pessoas foram mortas em confrontos com a polícia.



Ana Rita ponderou que a lei não basta; é preciso punir os agressores

Sobrinho quer fim de greve de professores em Mato Grosso

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) pediu ontem, em Plenário, acordo para o encerramento da greve dos profissionais de educação do Mato Grosso, que já dura 45 dias. Para a categoria, mais de 90% dos profissionais aderiram à greve, deixando cerca de 430 mil estudantes sem aula.

— Com isso, perdem os alunos, normalmente de classes mais necessitadas, perdem os professores e todos os envolvidos com a educação — lamentou.

O senador informou que a categoria pede política salarial que dobre a remuneração em até sete anos, concurso público, melhoria da infraestrutura das escolas e aplicação de 35% do orçamento na educação, como prevê a Constituição estadual. Sobrinho disse que o governo do estado já fez uma oferta, mas a categoria entendeu que a proposta não atende a pauta pedida. O sindicato já teria protocolado uma contraproposta, tentando encerrar a paralisação. O senador considera a pauta dos grevistas justa e pediu bom senso ao governo estadual.

— É necessário chegar logo a um entendimento, para a educação voltar à normalidade. Estou certo de que ambas as partes estão dispostas a ceder no que for possível, para encontrar um consenso — avaliou o parlamentar.

Ex-chanceler foi aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e terá o nome avaliado pelo Plenário. Ele falou sobre a espionagem feita pelo governo dos Estados Unidos

Vai a Plenário indicação de Patriota como representante do Brasil na ONU

APROVADO PELA COMISSÃO de Relações Exteriores (CRE) para o cargo de representante permanente do Brasil na ONU, ontem, o ex-chanceler Antonio Patriota disse que a “cortina da espionagem caiu”. A indicação será agora votada pelo Plenário do Senado.

Patriota se referiu aos argumentos apresentados pelo secretário de Estado norte-americano, John Kerry, de que o monitoramento feito pelos Estados Unidos nas comunicações visava combater terrorismo e proteger vidas. Questionado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), ele disse que essa explicação de Kerry “caiu por terra” diante da espionagem norte-americana na Petrobras e em representações diplomáticas brasileiras.

Para o diplomata, os pactos sobre direitos civis e a Declaração dos Direitos Humanos protegem a privacidade, e a Convenção de Viena impede a violação da correspondência das missões diplomáticas. Na internet, porém, há “caminhos a percorrer” porque a governança da rede está a cargo da Ican, empresa privada sediada nos Estados Unidos.



Ana Amélia ouve Antonio Patriota falar aos senadores da Comissão de Relações Exteriores sobre prioridades do Brasil na ONU

Países desenvolvidos, disse ele, resistem a propostas de gestão multilateral da internet. Com as revelações sobre espionagem, Patriota acredita que a situação pode mudar.

Uma das prioridades do Brasil na ONU, segundo Patriota, será a defesa da tese da presidente Dilma Rousseff na 68ª Assembleia Geral da ONU, de propostas para um marco civil multilateral para governança e o uso da internet.

Em resposta a Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o ex-chanceler disse que o Brasil se orgulha de ter introduzido um conceito que passou a ser discutido pelo Conselho de Segurança da ONU a partir

de 2011: a “responsabilidade ao proteger”. Patriota afirmou que esse conceito não substitui o de “responsabilidade de proteger”, que justificou intervenções da ONU para evitar a continuidade de genocídios como os de Ruanda e Bósnia.

Para o ex-chanceler, foi a primeira vez que uma proposta de membro não permanente pautou a discussão do Conselho de Segurança da ONU. A iniciativa brasileira, ainda de acordo com Patriota, está sendo estudada por oito universidades internacionais, que pretendem desenvolver o conceito.

Diante de pergunta de Cristovam Buarque (PDT-DF) so-

bre o “preço” que o país estaria pagando em sua luta por uma vaga de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, Patriota disse que o Brasil não faz barganha para viabilizar o pleito e que o esforço se direciona à busca de uma composição mais equitativa desse colegiado. O ex-chanceler argumentou que o Brasil não pode fugir à responsabilidade de seu papel na questão.

Por sugestão de Jorge Viana (PT-AC) e Pedro Simon (PMDB-RS), Patriota colocou-se à disposição da CRE para manter os senadores a par dos temas que compõem a agenda brasileira na ONU.

Viana saúda decisão da Comissão de Relações Exteriores

Jorge Viana (PT-AC) comemorou a aprovação, pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), do ex-chanceler Antonio Patriota para o cargo de representante permanente do Brasil na ONU. O senador observou que, caso a indicação não fosse votada em tempo hábil, o Brasil ficaria sem um embaixador substituto na ONU, visto que Luiz Alberto Figueiredo, que ocupava o cargo, foi nomeado ministro das Relações Exteriores no lugar de Patriota.

Viana falou também sobre a apresentação do relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), que será feita hoje em Estocolmo. Segundo ele, informações preliminares da ONU apontam para uma elevação de 0,7° C no Brasil nos últimos 50 anos.

Viana se comprometeu a voltar à tribuna na próxima semana para registrar medidas do governo que permitiram ao Brasil se tornar um dos países emergentes a alcançar índices invejáveis de redução de emissões de gases.



Waldemir Barraty/Agência Senado

Novo embaixador quer valorizar comunidades na fronteira

A CRE aprovou a indicação do diplomata José Eduardo Martins Felício para embaixador do Brasil no Paraguai. Em resposta aos senadores Luiz Henrique (PMDB-SC), Roberto Requião (PMDB-PR) e Jorge Viana, Felício defendeu um trabalho de valorização das comunidades na fronteira entre os dois países para combater os problemas de criminalidade.

Para o diplomata, não adianta olhar as questões da fronteira apenas sob aspectos de segurança, se não houver uma visão abrangente de

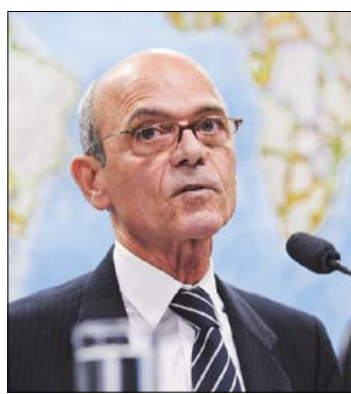
desenvolvimento integrado da área.

Questionado por Cristovam Buarque, Felício reconheceu que as relações Brasil-Paraguai têm uma “carga emocional” vinda da guerra da Tríplice Aliança, de 1864 a 1870, mas que, hoje, os dois países compartilham a visão de “não ficar reféns do passado e olhar o futuro”.

O presidente do Paraguai, Horacio Cartes, fará visita ao Brasil na segunda-feira, a convite da presidente Dilma Rousseff.

Felício, que foi embaixador

do Brasil em Cuba, respondeu a perguntas do senador Aloysio Nunes sobre o projeto de ampliação do Porto de Mariel,



Futuro embaixador do Brasil no Paraguai, José Eduardo Martins Felício

situado a cerca de 45 quilômetros de Havana e que deverá ser a principal porta de entrada e saída do comércio exterior cubano. O Brasil, informou, ajuda Cuba no projeto, o mais importante investimento que se desenvolve na ilha.

O diplomata concordou com a análise do senador de que a zona especial de desenvolvimento que o presidente Raúl Castro pretende implantar em Mariel se assemelha a projetos implantados na China pelo líder político do país na década de 1980, Deng Xiaoping.

Paraguai



Fonte: Ministério das Relações Exteriores

Validação de diploma pode ser facilitada Mudança de fusos horários é aprovada

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem projeto (PLS 399/2011) que prevê o reconhecimento automático, no Brasil, de diplomas de cursos presenciais de graduação, mestrado ou doutorado expedidos por instituições de educação superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica. Para tanto, deverá ser divulgada pelo poder público, periodicamente, a lista de cursos a serem abrangidos.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o reconhecimento dos diplomas dos brasileiros que estudaram

no exterior compete às universidades.

O autor do projeto, senador Roberto Requião (PMDB-PR), diz que o objetivo da proposta é agilizar e desburocratizar um sistema que penaliza aqueles que fazem cursos de ponta, em instituições de excelência comprovada. O senador citou o exemplo de Portugal, que admite o reconhecimento automático dos diplomas de pós-graduação brasileiros de cursos com nota 6 ou 7 da Capes. O relator na CRE, Cristovam Buarque (PDT-DF, foto), defendeu a aprovação da proposta.



José Cruz/Agência Senado

Projeto (PLC 43/2013) que restabelece os fusos horários do Acre e de parte do Amazonas deverá seguir para votação no Plenário, após aprovação na CRE, com requerimento de análise em regime de urgência. O relatório favorável foi lido por Sérgio Petecão (PSD-AC).

Os fusos das duas regiões foram alterados pela Lei 11.662, em 2008, que reduziu de duas para uma hora a diferença em relação a Brasília. Na época, argumentava-se que a população local sofria prejuízos econômicos, sociais e culturais decorrentes da diferença em

relação ao restante do país. O atraso era ainda aumentado para três horas durante o horário de verão.

O texto já foi acatado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o relator, Anibal Diniz (PT-AC), ressaltou que houve grande polêmica quando os acrianos foram submetidos ao novo fuso horário. Por isso, em 2010, foi realizado um referendo sobre o tema.

O resultado mostrou que 39,2% dos eleitores queriam retorno à hora antiga e 29,7% votaram a favor da manutenção do fuso vigente.



Genildo Magalhães/Agência Senado